

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.709, DE 2022 (apensado o Projeto de Lei nº 2.435, de 2023)

Altera a redação do § 2º e acrescenta o § 2º-A ao art. 67 da Lei nº 9.394, de 1996, para incluir, para os efeitos do disposto no § 5º do art. 40 e no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, o exercício, pelos professores, de funções de coordenação, supervisão e assessoramento, de cunho precipuamente pedagógico, no órgão gestor da respectiva rede de ensino, bem como considerar como de continuidade de exercício de função de magistério, o afastamento para qualificação em programas de formação a ela atinentes.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao inciso II do § 2º do art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, incluído pelo art. 1º do Substitutivo, a seguinte redação:

“Art. 67.....

§ 2º.....

II - as funções de cunho precipuamente pedagógico exercidas por professores de carreira no órgão gestor da respectiva rede de ensino.

JUSTIFICATIVA

Ao dispormos, como consta no Substitutivo, que as funções de **“coordenação, supervisão e assessoramento** de cunho precipuamente pedagógico, exercidas por professores no órgão gestor da respectiva rede de ensino”, deixamos de lado as demais funções exercidas por professores de carreira nas Secretarias de Educação, sendo que podem ser responsáveis, ainda, por outras



atividades próprias da carreira do magistério, como o acompanhamento, a assistência, a capacitação e/ou orientação pedagógica.

Ao retirarmos, no texto, a restrição a funções específicas e explicitarmos o termo “**professores de carreira**”, poderemos garantir que esta excelente proposição beneficie todos os profissionais da carreira do magistério que estejam lotados no órgão gestor da respectiva rede de ensino.

Sala das Sessões, em de de 2023

Deputada Luísa Canziani
PSD/PR

